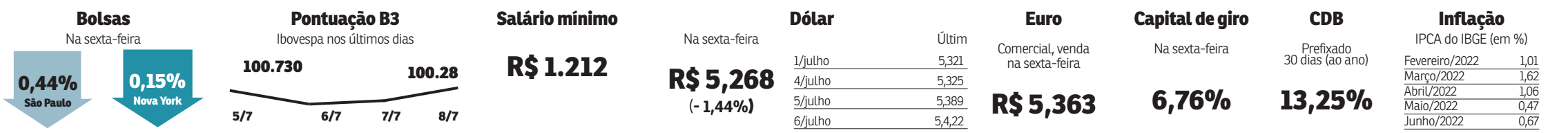




6 • Correio Braziliense — Brasília, domingo, 10 de julho de 2022



## » Entrevista | JOSÉ ROBERTO AFONSO | ECONOMISTA

Coautor da Lei da Responsabilidade Fiscal critica a omissão do Executivo ao populismo do Legislativo em matéria tributária e compara o regime atual à “festa da Ilha Fiscal”. Ele defende novas regras a fim de conter o excesso de PECs

# “Uma festa igual ao último baile do Império”

» VICENTE NUNES  
Correspondente

Marcos Oliveira/ Agência Senado



**Lisboa, Portugal** — Um dos pais da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), o economista José Roberto Afonso se diz assustado diante da forma apressada com que o Congresso, com o apoio do Executivo, vem aprovando emendas constitucionais. Das nove propostas que estão ou passaram pelo Parlamento neste ano, sete tratam de temas fiscais e tributários. “Esse ativismo legislativo decorre de um fracasso, de uma falência, de uma lacuna do Executivo. Na medida em que o governo não governa, o Congresso passa a ocupar espaço, com excesso de emendas constitucionais em matérias tributárias, em matérias fiscais, que são áreas de competência próprias do poder Executivo”, afirma.

Para Afonso, pesquisador da Universidade de Lisboa e professor do IDP, a chamada PEC Eleitoral ou Kamikaze — a Proposta de Emenda Constitucional nº1/22, aprovada no Senado e em análise na Câmara e que amplia os gastos em quase R\$ 41,2 bilhões —, deveria ser “o último baile da Ilha Fiscal”, numa analogia à festança promovida pela Corte de Dom Pedro II uma semana antes da Proclamação da República. “Não estou aqui dizendo que todo mundo tem que cair, nem governo, nem regime político. Mas o regime fiscal que temos hoje é uma festa igualzinha ao último baile do império. Que o exagere que foi feito agora, com interesse eleitoral, que essa exibição de poder seja o último ato”, diz.

Na opinião do economista, os sinais passados aos investidores são péssimos, pois as mudanças constantes na Constituição, para se manter no poder ou conquistar o poder, consolidam a sensação de insegurança, minam o futuro e, consequentemente, prejudicam a economia.

Afonso, em parceria com Leonardo Ribeiro, especialista em contas públicas, defende a reconstrução do arcabouço fiscal no Brasil. “O que estamos propondo é que esse quadro de referência cubra toda a matéria fiscal para consolidar e para dar mais harmonia e estabilidade, e não o que estamos vivendo hoje, em que se aprova emenda constitucional a qualquer momento, de qualquer jeito”, diz o professor. Veja os principais trechos da entrevista concedida ao Correio.

**Estamos vendo um movimento muito pesado em torno da PEC Eleitoral, que resultará em gastos fora do teto de R\$ 41,2 bilhões. Essa farra é justificável?**

Certamente, não. O que temos é uma questão imediatista, em particular eleitoral, que está pautando mudanças, inclusive, no texto constitucional, que trata de aspectos estruturais, institucionais, de médio e longo prazos. Ou seja, é justamente o oposto do que estamos vendo. E ninguém está tentando esconder nada, faz tudo com a finalidade de ganhar as eleições. Não se devia misturar motivação eleitoral com mudanças estruturais e com distorções

e sinalizações muito importantes do ponto de vista fiscal.

**A PEC atinge em cheio a Lei de Responsabilidade Fiscal?**

Afeta na questão dos sinais. O que está se dizendo é que vale tudo na área fiscal a pretexto de você se manter no poder ou de ganhar o poder. Isso é muito ruim.

**Qual o impacto da PEC Eleitoral do ponto de vista econômico? Num primeiro momento, vai despejar dinheiro na economia, mas, mais à frente, resultará em mais inflação. É isso?**

Já temos um problema de inflação alta. O mundo inteiro está sofrendo com isso. Mas eu insisto: a coisa que mais me preocupa na economia não é apenas aumentar gastos, tornar sem controle qualquer emenda de teto de gastos. O pior é a sinalização de expectativa, de cultura. Isso cria insegurança para os investidores, cria insegurança para os próprios administradores públicos, porque, na verdade, a qualquer momento, pode-se mudar qualquer coisa. E o Brasil está aprovando emendas constitucionais num ritmo que deveria ser de medida provisória. Isso, para mim, é o pior, é a questão cultural, de expectativas. Por conta disso, a meu ver, o Brasil terá de fazer uma mudança de rota muito forte nos próximos meses.

**O ativismo do Congresso na questão fiscal é excesso de poder?**

É inegável que há um ativismo muito forte do Legislativo, como nunca tivemos desde a promulgação da Constituição. Isso vem criando problemas nas áreas orçamentárias e fiscais.

Esse ativismo legislativo decorre de um fracasso, de uma falência, de uma lacuna do Executivo. Na medida em que o governo não governa, o Congresso passa a ocupar espaço, com excesso de emendas constitucionais em matérias tributárias, em matérias fiscais, que são áreas de competência próprias do poder Executivo.

**E fala-se em excesso de ativismo do Judiciário...**

Em relação ao Judiciário, há uma miopia. O Judiciário não é causa, é consequência. Quanto mais matérias se coloca no texto constitucional, quanto mais emendas são aprovadas, maiores serão as demandas no Supremo Tribunal Federal (STF), que é a Corte que decide sobre matérias constitucionais. O STF está se posicionando mais do que antes, mas isso é consequência do Legislativo mais ativo e a forma como ele está legislando, usando e abusando de emendas constitucionais, em particular, em torno de matérias tributárias e fiscais. Fora isso, nós vivemos em uma Federação bastante descentralizada. E o que temos assistido, com essa emenda do ICMS (que impôs um teto do tributo sobre combustíveis), é mais eloquente.

**Por quê?**

Como dizem os espanhóis, não se está fazendo uma concertação. Não se conversa, não se negocia, não se pactua. O que está sendo feito no Brasil é o contrário. O Congresso Nacional tem adotado medidas que não só se valem de um governo federal inoperante, como pasou a avançar para cima de governos estaduais e municipais

e das Assembleias Legislativas. Esse caso do ICMS é eloquente. O Congresso não tirou poder apenas dos governadores, tirou também poder das Assembleias Legislativas, porque o ICMS depende de leis estaduais. Então, na hora que se diz que a lei é nacional, não estadual, está se esvaziando não só os governadores, mas também as Assembleias Legislativas.

**E o Supremo é levado a agir, por meio da judicialização.**

Nesse caso, o Supremo é chamado para fazer a concertação da Federação, o que deveria ter sido feito no início. Em tese, por princípio, esse deveria ser o papel do Senado Federal, que tem funcionado muito menos como a Casa da Federação e muito mais como a segunda Casa que compete com a Câmara. Não digo só pelas decisões, mas pelos próprios debates, que não buscam a pactuação, a negociação. Por isso, o Supremo está sendo cada vez mais ativo, inclusive arbitrando nas relações entre Poderes.

**O pior é que muito do que está sendo aprovado pelo Congresso é incoerente e inconsistente...**

Como se aprovam muitas emendas e, muitas vezes, matérias fiscais de forma inconsistente, incoerente, com textos mal escritos, cabe ao Supremo arbitrar o que vale. A sensação que tenho é de que todos sabem que tudo vai parar no STF, os próprios parlamentares relaxam, escrevem qualquer coisa e, depois, veem se passa no Judiciário.

**Certamente, isso não é bom...**

Nós já tínhamos um sistema tributário complexo demais, agora,

**O que é preciso fazer?**

Tem que construir algo novo, com uma administração pública transparente, radicalmente moderna, em que qualquer cidadão, onde quer que esteja, possa acompanhar tudo. O maior exemplo de que isso pode ser feito tecnologicamente são as urnas eletrônicas. O processo de eleição digital é made in Brazil, e não tem nenhum país do mundo que faça uma eleição do tamanho da nossa, com a segurança que tem. São quatro eleições ao mesmo tempo. Processo seguro, moderno e barato. Então, do ponto de vista fiscal, a eleição digital, a urna eletrônica, é um primor. É a nossa meta. Precisamos que o setor público seja assim. Temos condições, mas falta vontade política.

**Sobre a emenda que tabelou o ICMS, da forma como o senhor colocou, os próximos governadores terão poder muito limitado para agir?**

Houve uma sucessão de decisões tomadas em Brasília, seja no Legislativo, seja no Judiciário, que transformaram o ICMS em um imposto federal. Não só tiraram poder dos governadores, como, praticamente, transformam as Assembleias Legislativas em algo irrelevante e afetam também os prefeitos, que são sócios do ICMS, a educação e a saúde públicas. O que vejo mais é uma preocupação conceitual: até onde Brasília pode interferir em um imposto que é dos estados.

**Por que diz isso?**

O que Brasília fez foi dizer: agora, eu decido o que é essencial, qual é a alíquota que pode ser cobrada. Na verdade, o que Brasília fez foi botar o teto no ICMS, o que é paradoxal, pois se acabou com o teto de gastos e se criou um teto para impostos. O que se está dizendo é: vocês não têm mais autonomia. Se é para fazer isso, que se faça direito, como no resto do mundo, acaba com o ICMS estadual e cria um IVA nacional, com regra de partilha. Usei o termo nacional, porque é da Nação, não federal.

**Uma reforma tributária teria evitado isso?**

Não. E digo, ainda bem que não foi feita a reforma tributária, porque está claro que, do Congresso ao Executivo e ao Judiciário, não se sabe o que é um imposto sobre valor agregado. Em muitas das decisões e das declarações que foram dadas, isso foi ignorado. Deus se, por exemplo, subsídios para o diesel, cujos impostos são recolhidos pela Petrobras, no que se chama de substituição tributária. Se os estados decidirem retirar da Petrobras essa cobrança e passarem a cobrar diretamente em cada ponto do consumo, será uma loucura. Por isso, reforço: a pressa de tomar de decisões conjunturais e a ignorância de conceitos tributários fazem com que os problemas sobrem para os contribuintes.

» Leia mais na página 8